

Amazônia em pedaços: discursos sobre a divisão do Pará no jornal Correio do Tocantins

The Amazon in pieces: discourses about the division of Pará in the *Correio do Tocantins* newspaper

Thais Luciana Correa Braga¹  | Alda Cristina Costa¹ 

¹Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: O artigo objetiva identificar e compreender os discursos sobre a divisão do Pará produzidos pelo Correio do Tocantins, jornal que circula em Marabá, no sudeste paraense, desde 1983. Aqui, discurso é entendido a partir da especificidade do jornalismo, que associa características como objetividade, singularidade, atualidade, autoria e ideologia a um modo de dizer próprio. Adotou-se a hermenêutica de profundidade como postura teórico-metodológica, bem como se utilizou a noção de macroestruturas e microestruturas, oriunda dos estudos críticos do discurso, como principal técnica de pesquisa. Foram analisadas oito notícias da primeira edição do Correio do Tocantins. As principais conclusões apontam para discursos que valorizam a Serra dos Carajás, em detrimento do rio Tocantins; para o embate entre as elites de Marabá e os governos estadual e federal; e para a perda de importância político-econômica de Marabá para Imperatriz, no Maranhão.

Palavras-chave: Discurso jornalístico. Hermenêutica de profundidade. Estudos críticos do discurso. Divisão do Pará. Carajás. Correio do Tocantins.

Abstract: The article is intended to identify and investigate discourses published on the division of Pará state in the *Correio do Tocantins*, a newspaper that has been in print in Marabá, southeastern Pará, since 1983. Here, discourse is understood from a journalistic point of view that associates characteristics such as objectivity, singularity, actuality, authorship, and ideology to an individual way of speaking. Depth hermeneutics was adopted as a theoretical and methodological posture, as well as the notion of superstructures and macrostructures of critical discourse studies utilized as the main research technique. Eight articles from the first edition of the *Correio do Tocantins* were analyzed. The main conclusions point to discourses that value the Serra dos Carajás to the detriment of the Tocantins River, the clash between the Marabá elites and the state and federal governments, and the transfer of Marabá's political and economic importance to Imperatriz, Maranhão.

Keywords: Journalistic discourse. Depth hermeneutics. Critical discourse studies. Division of Pará. Carajás. *Correio do Tocantins*.

Braga, T. L. C., & Costa, A. C. (2020). Amazônia em pedaços: discursos sobre a divisão do Pará no jornal Correio do Tocantins. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(1), e20190046. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0046

Autora para correspondência: Thais Luciana Correa Braga. Universidade Federal do Pará. Assessoria de Comunicação Institucional. Rua Augusto Corrêa, 1. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (thaislcbraga@gmail.com).

Recebido em 24/04/2019

Aprovado em 17/12/2019



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No romance “*Las reputaciones*”, do colombiano Juan Gabriel Vásquez, a personagem Samanta Leal pede ao cartunista Javier Mallarino que se lembre de um acontecimento do passado dos dois, que a memória seja feita. Mallarino reflete, então, sobre a memória como algo fabricado ou que possa ser conjurado, a partir de certos materiais bem escolhidos, pela força do trabalho físico. Pensa na memória como água que sai da fonte, nas pedreiras das colinas, e é vendida na estrada. Qualquer um pode fazê-lo, desde que tenha o talento, as ferramentas e a teimosia.

O discurso jornalístico, ao tratar de acontecimentos presentes, faz emergir um passado e um futuro, uma memória e uma promessa. Da mesma forma, resulta da experiência compartilhada, organiza a experiência temporal do homem contemporâneo e produz supostos consensos – este último tomado “. . . como índice de um presente social, do imaginário que une os homens em uma rede comum de questões existenciais, como índice de uma época e dos valores hegemônicos desta época . . .” (Benetti, 2010, p. 162).

Partindo destas inquietações, o artigo objetiva identificar e compreender os discursos sobre a divisão do Pará produzidos pelo jornal impresso Correio do Tocantins. Observa-se o processo iniciado a partir do plebiscito ao qual os eleitores paraenses foram submetidos acerca da criação de dois novos estados, Carajás e Tapajós, pela divisão do estado do Pará, em 11 de dezembro de 2011. Fundamentada nos Decretos Legislativos n. 136 (2011) e n. 137 (2011), a consulta pública resultou de, pelo menos, 30 anos de iniciativas divisionistas empreendidas no Congresso Nacional. Pelas propostas, Carajás seria formado por 39 municípios e Tapajós¹ por 27. Ao Pará, restariam 78 municípios.

Rejeitado por quase 66% dos eleitores paraenses, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o plebiscito no Pará reveste-se de importância histórica, uma vez que se tratou da primeira consulta pública acerca do reordenamento territorial brasileiro após a instituição da Carta Magna, de 1988. Ademais, o processo refletiu a destruição/construção à qual a Amazônia brasileira tem sido submetida desde, pelo menos, o início do século XX. As investigações em torno do tema têm se concentrado nos discursos veiculados pelos meios de comunicação da capital paraense, Belém – as Organizações Romulo Maiorana (ORM) e a Rede Brasil Amazônia (RBA) (Aquino & Braga, 2016; Braga et al., 2018; Costa et al., 2017; Nunes et al., 2017) –, ou nas práticas interacionais na internet (Mendonça & Cal, 2012). Pretende-se, com este artigo, compreender como os meios de comunicação locais e regionais construíram sentidos acerca da divisão do Pará e da criação de novas unidades federativas.

De acordo com o estudo de P. Pinto (2015), o jornal Correio do Tocantins, atualmente chamado de Correio – O Jornal de Carajás, trata-se de um meio de comunicação subestadual, com circulação e influência nas cidades que formariam, caso ocorresse a divisão, o estado de Carajás. Analisou-se a primeira edição do periódico, de 15 de janeiro de 1983, cujo tema principal consistiu na divisão do estado do Pará. Como postura teórico-metodológica, adotou-se a hermenêutica de profundidade (Thompson, 2011), que se orienta para a interpretação/reinterpretação de fenômenos significativos a partir de três instâncias ou procedimentos principais: 1) análise sócio-histórica, que objetiva reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das construções simbólicas; 2) análise formal ou discursiva, que se propõe ao exame

¹ É relevante destacar a proposta de criação do estado de Tapajós, que seria formado a partir do desmembramento do oeste do Pará, com Santarém apontada como capital. Segundo Dutra (1999, p. 231), o desejo de emancipação tornou-se uma “cultura política de separatismo” muito forte no baixo Amazonas. Assim, o estado do Tapajós seria “. . . uma realidade cultural à qual se vincula o futuro da região mediante a superação de problemas presentes . . .”. Neste contexto, sua criação seria uma questão de ‘sensibilização’ de todos os setores e moradores do Pará, uma vez que há um sentimento separatista que impregna amplos setores sociais e políticos da região, assim como justificativas “. . . históricas que lhes garantem uma legitimidade através da qual se debatem pelo reconhecimento de um direito . . .” (Dutra, 1999, p. 231). Portanto, o panorama para a criação do estado de Tapajós sedimenta-se anteriormente ao da criação do estado de Carajás.

das características estruturais, bem como dos padrões e das relações das construções simbólicas – nesta segunda fase, são empregadas diversas técnicas de pesquisa –, sendo escolhidos, nesta etapa, os estudos críticos do discurso (Van Dijk & Kihitsch, 1983); 3) interpretação/reinterpretação, que projeta significados possíveis e, não raro, diferentes dos significados construídos pelos sujeitos que integram o mundo sócio-histórico.

Na análise sócio-histórica, observou-se a divisão do Pará a partir de três aspectos: 1) a caracterização do Correio do Tocantins como meio de comunicação local e regional; 2) a especificidade do discurso jornalístico; 3) a formação de territórios na Amazônia e o conflito entre as elites locais e os governos federal e estadual. Na análise formal ou discursiva, recorreu-se à noção de superestruturas e macroestruturas para observar a construção dos discursos favoráveis à criação do então estado do Tocantins² a partir da divisão do Pará. A interpretação/reinterpretação, como considerações finais, propõem não apenas novos sentidos para os discursos produzidos, mas também a referência através do sentido.

CORREIO DO TOCANTINS: ATUALMENTE, CORREIO – O JORNAL DE CARAJÁS

A Pesquisa Brasileira de Mídia (Brasil, 2014) aponta os jornais impressos como os meios de comunicação mais confiáveis do país. Na Amazônia paraense, seu poder é

tamanho que as emissoras de rádio reproduzem “. . . as manchetes e os *leads* dos jornais impressos, sem qualquer reformulação de texto e sem nenhuma avaliação crítica ou mesmo ideológica do conteúdo reproduzido . . .” (Castro, 2013, p. 441). No estado do Pará, dois grandes jornais impressos dominam o cenário político-comunicacional: O Liberal (ORM), que apoia os governos de situação³, em especial, os do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Diário do Pará (RBA), que representa os interesses do senador da República Jader Barbalho⁴, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Veloso, 2008).

O estudo de P. Pinto (2015) comprova que as ligações entre grupos políticos e empresários de comunicação é estreita em toda a região Norte. No entanto, há casos de jornais, como o Correio do Tocantins, que atuam no interior do Pará de forma independente dos grupos de Belém. Costa et al. (2018) afirmam que o Correio do Tocantins se trata do mais antigo jornal impresso a circular fora da capital do estado. Foi criado por Mascarenhas Carvalho Luz, um comerciante piauiense que, antes de inaugurar o próprio periódico, havia assinado a coluna ‘M. Carvalho informa’, no jornal semanal O Marabá, entre 1974 e meados da década seguinte, bem como havia editado o jornal Vanguarda, publicação de caráter político e intimamente relacionada à família de Osório Pinheiro⁵, também no começo da década de 1980.

² Não se deve confundir o atual estado do Tocantins, criado pela Carta Magna de 1988 para atender às demandas das elites do estado de Goiás, com o discurso acerca da criação do estado do Tocantins a partir da divisão do estado do Pará, propagado pelas elites do sul e sudeste paraense. Na década de 1980, os rios eram protagonistas no cenário político-econômico da Amazônia, e as reservas de minério, ainda que já descobertas, seriam efetivamente exploradas alguns anos mais tarde por meio de iniciativas governamentais, como o Projeto Grande Carajás (PCG). Morbach (2012) atribui a primeira proposta de realização de um plebiscito acerca da criação do estado de Carajás ao então deputado federal Asdrúbal Bentes, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 1989. A matéria seria retomada pelo deputado federal Giovanni Queiroz, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1992, sendo aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, em 1995. A proposta plebiscitária arrastar-se-ia mais alguns anos até, finalmente, obter autorização legal, em 2011.

³ Apesar de a aliança entre a ORM e o PSDB ter sido duradoura (de 1994 a 2006, nos governos de Almir Gabriel e de Simão Jatene, e de 2010 a 2018, novamente no governo de Simão Jatene), observa-se uma mudança na postura do grupo político-comunicacional nas eleições de 2018, quando, pela primeira vez, apoiou a candidatura de um membro do MDB, Helder Barbalho, ao governo do estado do Pará.

⁴ De acordo com Veloso (2008), o nome de Jader Barbalho é associado a diversas denúncias de corrupção, desde que assumiu pela primeira vez o governo do estado do Pará, em 1983.

⁵ Fazendeiro e exportador de castanha-do-pará, entre 1964 e 1982, Osório Pinheiro era possuidor de uma das maiores fortunas individuais da região de Marabá, disputando a liderança político-econômica com a família Mutran e a família Marinho (Petit, 2003).

Segundo Reis (2018), em 2013, Mascarenhas Carvalho vendeu o Correio do Tocantins para o então prefeito da cidade de Curionópolis (2009-2016) e atual deputado estadual, Wenderson Azevedo Chamon (MDB), que também adquiriu, em Marabá, a rádio Itacaiúnas e a TV Eldorado, filiada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Dessa forma, criou-se o Grupo Correio de Comunicação. Em 2016, modificou-se o nome do jornal para Correio, com o subtítulo O Jornal de Carajás. Atualmente, com tiragem média de 13.300 exemplares e uma sucursal no município de Parauapebas, possui cinco editorias, distribuídas em vinte páginas: Geral, Atualidades, Cidades, Política e Polícia; há, ainda, uma página destinada ao colunismo social (Sociedades) e uma de variedades (*Relax*). O Correio circula em 18 municípios do sul e sudeste paraense: Marabá, Eldorado do Carajás, Parauapebas, Curionópolis, Canaã dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Novo Repartimento, Tucuruí, Goianésia, Nova Ipixuna, São Geraldo do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Abel Figueiredo, Rondon do Pará, Redenção, Xingua e São Domingos do Araguaia.

Nos primeiros anos de funcionamento, o Correio do Tocantins era impresso em Belém e publicado quinzenalmente em Marabá e nas cidades vizinhas. Amiúde, porém, havia atrasos: “. . . uma das dificuldades era o transporte: muitas vezes os originais, por equívoco da empresa de transportes, iam parar em outra cidade e se perdiam; noutras ocasiões, eram os jornais já impressos que tomavam caminho diferente de Marabá” (Dudu, 2013). A partir da década de 1990, Mascarenhas Carvalho passou a investir em um parque gráfico próprio, com a aquisição de uma máquina plana de impressão. Atualmente, as novas edições do jornal saem às terças-feiras, às quintas-feiras e aos sábados, sendo também disponibilizadas na internet. Costa et al. (2018) afirmam que o Correio do Tocantins trata de questões políticas, de temas relativos ao dia a dia de Marabá e de cidades vizinhas, de questões sobre desporto, em especial o futebol paraense, e de assuntos vinculados à violência urbana e ao campo, além do colunismo social.

Sob direção geral de Mascarenhas Carvalho e edição de Carlos Mendes, a primeira edição do Correio do Tocantins teve 16 páginas impressas, sem cor. Na primeira página, o editorial “Um jornal de informações” (1983) explicou que não possuía tendência política ou partidária, apenas compromisso com a informação verdadeira, séria, interessante e imparcial. Essa demarcação explícita o que pressupõe Peruzzo (2005): que o jornalismo local retrata a realidade regional ou local, trabalhando, portanto, com a informação de proximidade. De acordo com a autora, o meio de comunicação local mostra, melhor do que qualquer outro, as condições de regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais, entre outros. Ainda que possa haver eventuais distorções por conta de interesses político-partidários e econômicos, além de maior divulgação de temas locais, a proximidade da informação faz com que o leitor acompanhe “. . . os acontecimentos de forma mais direta, pela vivência ou presença pessoal, o que possibilita o confronto entre os fatos e sua versão midiática de forma mais natural” (Peruzzo, 2005, p. 78).

Também no editorial, o Correio do Tocantins dizia-se preocupado com o destino da região, com questões relativas a “Carajás, Serra Pelada, o problema da castanha, a ponte sobre o rio Tocantins, as enchentes, os conflitos de terras, o desemprego, a violência” (“Um jornal”, 1983, p. 1). Aqui, além da proximidade, deve-se observar a diferença entre território e região. Em Haesbaert (2010, p. 166), a região não diz respeito apenas à localização geográfica do espaço, mas sim a um território, isto é, a um espaço sobre o qual se manifestam “. . . problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas . . .”. Souza (2013, p. 35) ratifica a ideia de que território “. . . não esgota o espaço social, e que as próprias relações sociais são, em determinadas circunstâncias ou a partir de uma determinada perspectiva, espaço”.

Nas ciências da comunicação, a região se estabelece entre o meio de comunicação local e a cidade. “A cidade, em sua condição de centralidade, é provedora e articuladora

de dispositivos importantes nas relações de poder e de produção de ideologias. A mídia local e regional é um desses dispositivos . . .” (Moreira & Deolindo, 2013, pp. 21-22). De maneira mais específica, Aguiar (2016) entende a região jornalística como o espaço de mediação entre os acontecimentos e a audiência e as regiões midiáticas como recortes espaciais que servem de referência para a atuação mercadológica dos grupos comunicacionais. Por sua vez, Deolindo (2016) considera que a região jornalística se forma a partir de três áreas concêntricas intimamente relacionadas: cobertura jornalística, negociação publicitária e, por fim, circulação e alcance.

Para já, compreende-se que Marabá, a região jornalística de Carajás e o território de Carajás são indissociáveis. O Correio do Tocantins, como meio de comunicação local e regional, representa de forma legítima as relações sociopolíticas e econômicas que atravessam o sul e o sudeste paraense, oferecendo visão alternativa aos grandes meios de comunicação de Belém, quiçá mais aprofundada, considerando-se que aborda os fatos mais próximos da realidade dos municípios ou das regiões em que está situado. Ademais, ainda que não faça uso explícito da política partidária, é inegável a relação do jornal com as oligarquias do Tocantins, isto é, na explicação de Emmi e Marin (1998, p. 6), com o “. . . grupo controlador dos poderes político, econômico e sociais local, [que] conserva na gênese de seu poder a propriedade da terra, associada aos interesses comerciais de exportação da castanha”. Petit (2003) relata que as oligarquias do Tocantins controlavam as prefeituras e câmaras municipais do sudeste do Pará, que, de acordo com as circunstâncias, se aliavam aos governadores ou interventores federais:

Tais alianças políticas foram sendo sedimentadas no tradicional, mas ainda hoje vigente, sistema de troca de favores entre os governadores e os chefes políticos locais, isto é, através da concessão de cargos e benefícios econômicos (terra, crédito, benefícios fiscais) em troca de apoios políticos (no transcurso da legislatura), e, quando chegava o tempo da política, dos votos dos currais eleitorais do interior. (Petit, 2003, p. 186).

Também de acordo com Petit (2003), a família Chamon, de origem libanesa, atual proprietária do Grupo Correio de Comunicação, atua em Marabá desde os anos 1920 como representante de casas aviadoras, onde era feita a troca de bens de consumos por goma elástica e, posteriormente, castanha-do-pará (produtos estes destinados à exportação). Não surpreende que, a fim de ampliar a dominação sobre o território e de fortalecer a ideia de criação do estado de Carajás, os Chamon tenham passado a associar o poder político-econômico ao poder simbólico dos meios de comunicação – poder este descrito por Bourdieu (1989, p. 14) como capaz “. . . de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo”. Para o sociólogo, o poder simbólico torna-se capital por permitir a obtenção de algo pela mobilização; pela crença na legitimidade das palavras daqueles que a pronunciam. Nada mais poderoso do que difundir, entre a população do sul e sudeste paraense, a ideia de uma nova unidade federativa por meio de um discurso específico.

DISCURSO JORNALÍSTICO: CARACTERÍSTICAS

Entende-se o jornalismo como a instância de mediação, na contemporaneidade, da experiência das pessoas com os fatos cotidianos, sejam eles de natureza ordinária ou extraordinária. É uma atividade, segundo Alsina (2009, p. 46), que tem um “. . . papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes”. Assim, os fatos que rompem com a normalidade ou com a imprevisibilidade da realidade tornam-se acontecimentos pela nova informação apresentada ao sistema social e, por conseguinte, são transformados ou produzidos como notícias. Em linhas gerais, os fatos são tudo o que acontece no mundo; os acontecimentos são os fatos percebidos e conhecidos a partir de uma informação de que alguém lançou mão, em um determinado momento, para estruturar sua experiência; a notícia é o resultado de alguns acontecimentos selecionados (Alsina, 2009).

O processo, entretanto, envolve um conjunto de critérios complexos que incide na escolha dos acontecimentos, variando de acordo com o contexto histórico-político-social e cultural. O jornalismo adota critérios de seleção dos fatos que vão desde a objetividade, singularidade, atualidade, autoria e ideologia até um modo de dizer próprio. Portanto, o discurso jornalístico tem como base o relato dos fatos da realidade, isto é, acontecimentos jornalisticamente interpretados como notícias (Sodré, 1996).

Na definição de Ricoeur (2019), discurso consiste no evento da linguagem, ou seja, trata-se de uma abstração que depende do todo concreto, que é a unidade dialética de evento e significação da frase, e que se realiza temporalmente, no momento presente. O que se busca compreender não é o evento, na condição de transitório, mas a sua significação. O filósofo destaca que o evento não é apenas a experiência vivida (de maneira privada), expressa e comunicada, mas também a própria troca intersubjetiva, isto é, o acontecer do diálogo. Mais: o diálogo tem a função de filtrar o contexto, uma vez que, em razão da natureza polissêmica das palavras, o discurso pode assumir uma pluralidade de interpretações. O papel contextual do diálogo reduz a ambiguidade. Além disso, o sentido é atravessado pela intenção de referência do locutor. “É porque existe primeiramente algo a dizer, porque temos uma experiência a trazer à linguagem, que, inversamente, a linguagem não se dirige apenas a significados ideais, mas também se refere ao que é . . .” (Ricoeur, 2019, p. 37).

Como atividade socialmente reconhecida e compartilhada, o discurso jornalístico pressupõe o que nos indica os escritos de Bakhtin (2014a): a significação das palavras adquire forma a partir de uma dada situação concreta, de um contexto, ou seja, “. . . o produto da interação entre dois indivíduos socialmente organizados [supõe] . . . um certo horizonte social definido e estabelecido, que determina a criação ideológica do grupo social e da época . . .” à qual os indivíduos pertencem (Bakhtin, 2014a, p. 116). Não basta a palavra ser a expressão entre um e outro, entre um e a coletividade, em

última análise. A interação verbal, por meio do discurso (da enunciação), revela a natureza social das palavras.

De acordo com o autor, o discurso escrito, por exemplo, é “. . . parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala [pois] . . . responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio”, entre outras (Bakhtin, 2014a, p. 128). A experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em interação constante e contínua com as práticas discursivas individuais dos outros. Bakhtin (2014b) explica que se trata do processo de assimilação, mais ou menos criador, das palavras do outro, com graus vários de alteridade e de assimilabilidade, de aperceptibilidade e de relevância. As palavras dos outros trazem consigo a sua expressão e o seu tom valorativo, os quais são assimilados, reelaborados, acentuados:

Todo enunciado deve ser visto antes de tudo como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo leva-os em conta . . . Por isso, todo enunciado é repleto de várias atitudes responsivas a outros enunciados de um dado campo da comunicação discursiva. (Bakhtin, 2014b, p. 57).

Já nos estudos críticos, discurso não se trata apenas de um evento cognitivo, mas também de um evento social. Van Dijk e Kihitsch (1983) afirmam que os discursos são produzidos e recebidos, por falantes e ouvintes, em situações específicas, dentro de um contexto sociocultural mais amplo. Dessa forma, os interlocutores constroem uma representação não apenas do texto, como também do contexto social, isto é, do resultado de alguma ação social. Ademais, essas duas representações (cognitiva e sociocultural) interagem, uma vez que as intenções estão envolvidas no discurso. O processamento do discurso, portanto, consiste em um “. . . processo estratégico no qual uma representação mental é construída a partir do discurso na memória, usando tipos internos e externos de informação, com o objetivo de interpretar (compreender) o discurso . . .” (Van Dijk & Kihitsch, 1983, p. 6).



O discurso jornalístico descaracteriza "... a presença de relações específicas e diretas entre aquele que o pronuncia, a audiência à qual se dirige e o assunto do qual está tratando ... " (França, 1998, p. 29). Desprendem-se as circunstâncias de enunciação, ou seja, o discurso jornalístico torna-se uma palavra de mediação entre interlocutores e com o seu tempo: "No jornalismo, os interlocutores, aqueles que dizem, aqueles que recebem, reorientam seus papéis e se inscrevem numa rede complexa de relações em torno de um 'terceiro' (o real, o Outro)" (França, 1998, p. 29). Na visão da autora, o jornalismo possibilita a observação da sociedade por ela mesma e, como prática discursiva, adquire características próprias, como: 1) objetividade, entendida não como a leitura objetiva do real, mas sim a partir das relações com o mundo concreto, do reino da experiência, do vivido social. Para a autora, a objetividade consiste em um "... movimento permanente do jornalismo em direção a um real objetivo, externo, cuja existência independe da volição dos sujeitos ... " (França, 1998, p. 30); 2) singularidade, na medida em que o discurso jornalístico ativa o sentido, contraria a regularidade e surge como novo e único, selando o contrato de palavra; 3) atualidade, pois a informação dura somente o tempo do consumo: "O presente marca a vida e a morte do jornal a cada dia; a atualidade se opõe à tradição e à permanência, e se inscreve no domínio da sensação ... " (França, 1998, p. 33).

Em McNair (1998), pelo menos três características distinguem o discurso jornalístico de outras formas de discursos culturais: 1) também reconhecido pelo termo objetividade, ele se apresenta como verdadeiro e preciso, isto é, reivindica-se como, no mínimo, uma aproximação da verdade – certamente próxima o suficiente para ser digno da confiança em sua integridade; 2) deve conter novidade – se não nos fatos apresentados, pelo menos na interpretação deles, isto é, na atribuição de contexto e de significado, o que implica dizer que o jornalismo deve informar coisas sobre as quais ainda não se sabe; 3) como uma narrativa autoral e, ao mesmo tempo, ideológica, ele comunica não apenas fatos, mas uma maneira de entender esses fatos de forma que façam sentido.

O autor afirma que o discurso jornalístico necessita de contextualização acerca de um conjunto de suposições, atitudes, crenças e valores, que resulta e expressa uma visão de mundo particular. Nesse sentido, pode ser visto como índice do equilíbrio de forças sociais em uma sociedade. É (ou aspira ser) uma verdade revelada, uma realidade mediada, um relato do mundo real existente, disseminada para uma parte do público e que resulta da apropriação e do processamento das informações pelo jornalista, de acordo com as exigências particulares do meio de comunicação.

No jornalismo, constata-se um processo de produção, circulação e reconhecimento de sentidos, em que os fatos narrados fazem parte do contexto social dos indivíduos, estando eles envolvidos ou não nos acontecimentos. Em decorrência disso, Benetti (2007) afirma que o discurso jornalístico é dialógico (relação entre discursos, interdiscursivo, e relação entre sujeitos, intersubjetivo), polifônico, opaco (não transparente, pleno de possibilidades de interpretação), ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos, elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares. Além disso, resulta da relação entre a linguagem e a exterioridade, uma vez que o discurso é afetado pelo sistema de significações formado pela língua, pela cultura, pela ideologia, pelo imaginário. Nas palavras da autora:

De maneira mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e mútua interferência. De forma mais restrita, a notícia é uma construção social que depende basicamente de seis condições de produção ou de existência: a realidade, ou os aspectos manifestos dos acontecimentos; os constrangimentos impostos aos jornalistas no sistema organizacional; as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidades das fontes de informação utilizadas e seus interesses. (Benetti, 2007, p. 110).

Nessa construção, analisam-se os sentidos produzidos pelo Correio do Tocantins sobre a divisão do Pará, levando-se em conta as motivações, as ações passadas e presentes, as intenções e também o contexto comunicativo de seus enunciados.

MARABÁ E A PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO ESTADO DE CARAJÁS

Tradicionalmente, o território brasileiro delinea-se a partir dos espaços administrativos onde as elites político-econômicas tomam as decisões. Os preceitos oficiais antecedem a ação e a realidade do país; a colonização e a conquista do território avançam pela vontade da burocracia, expressa na atividade legislativa complementar:

Desde o primeiro século da história brasileira, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. A terra inculta e selvagem, desconhecida e remota, recebe a forma, do alto e de longe, com a ordem administrativa da metrópole. (Faoro, 2012, p. 174).

Desmembrar, dividir ou repartir o território amazônico revela-se um problema complexo, pois envolve o embate entre elites políticas regionais e nacionais, bem como entre os atores sociais que efetivamente se instalaram na Amazônia, atraídos pelas políticas públicas iniciadas nos anos 1930, com o governo Getúlio Vargas, e intensificadas a partir do golpe militar de 1964. Becker (1996) explica que a divisão territorial expressa um conflito de territorialidade, entendida como uma estratégia para influenciar ações a partir do controle do espaço e do tempo. Outrossim, acrescenta que a fragmentação em unidades sub-regionais construídas por sociedades locais ". . . é resultado da ação do Estado e da iniciativa e do confronto dos diferentes grupos sociais, isto é, da prática social" (Becker, 1996, p. 96).

A proposta de criação do estado de Carajás, no contexto do plebiscito de 2011, advém das transformações ocorridas no sudeste paraense, que, até os anos 1970, era submetido ao poder regional ou local exercido pelos donos dos castanhais e comerciantes de castanha, chamados de oligarquia da castanha (Coelho, 1996), tendo os rios como veículos principais de escoamento e circulação de mercadorias e pessoas. Dominava, em Marabá, uma burguesia extrativista, a qual também exercia controle sobre as terras, resultando em uma hegemonia no comércio e na política. Este cenário passou a ser transformado a partir da

entrada de novos atores sociais (empresários, fazendeiros e migrantes) – atraídos pelos governos militares com a proposta para a Amazônia de "integrar para não entregar" –, por meio da implantação de projetos mineradores e madeireiros, pecuária extensiva, assim como pela expansão capitalista, por ações que possibilitaram a aceleração do fluxo migratório para Marabá, principalmente a partir da criação do Programa Grande Carajás (PGC) e da construção da barragem de Tucuruí, bem como da abertura das estradas Belém-Brasília, Transamazônica, PA-70 (BR-222), PA-150, Ferrovia Carajás e da exploração do ouro em Serra Pelada. Esses foram importantes eixos de penetração terrestre, indispensáveis à colonização, sendo propulsores da migração (Morbach, 2012).

Nesse contexto, novos núcleos urbanos surgiram, mudando as feições políticas e econômicas da região, principalmente a partir da redivisão municipal, quando novos municípios são criados a partir do desmembramento de Marabá, Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás e Xinguara, agudizando os conflitos fundiários e os bolsões de pobreza oriundos do intenso fluxo migratório vivido na região.

Ao refletir sobre a proposta de criação do estado de Carajás, Trindade Júnior (2011) justifica-a como uma mediação política, uma vez que Marabá tem acumulado importância e centralidade como fórum regional de decisões político-econômicas e de debates sobre questões caras à região de Carajás. As elites locais não mais se limitam às oligarquias tradicionais; agora, também fazem parte do centro do poder regional aqueles que se fixaram no sul e sudeste paraense, atraídos pelas promessas de prosperidade econômica, como grandes empresários e pecuaristas. Juntas, as elites político-econômicas novas e tradicionais buscam ". . . associar uma identidade regionalista na escala sub-regional a um discurso de melhor distribuição das arrecadações e de um possível redirecionamento do desenvolvimento econômico regional" (Trindade Júnior, 2011, p. 147). Em termos práticos, o que os grupos buscam é a formalização política de novas

territorialidades já desenhadas, a fim de consolidar o próprio poder. “O discurso apresentado nesse nível leva a crer que é na instância territorial almejada – um novo estado da federação – que os problemas apresentados na escala mais imediata serão resolvidos” (Trindade Júnior, 2011, p. 147).

Por outro lado, o pesquisador Petit (2003) aponta que, dentro do estado do Pará, não existe qualquer distinção político-partidária entre os favoráveis e os contrários à criação dos estados de Carajás e de Tapajós. De alguma forma, partidos de direita, do centro ou de esquerda dividem-se sobre a questão, sustentando argumentos com base em pressupostos culturalistas, demográficos, políticos, econômicos e/ou administrativos, tais como: vantagens socioeconômicas e administrativas para a população dos novos estados, que se apropriaria das novas estruturas político-administrativas, e distribuição mais justa da verba arrecadada por meio das atividades econômicas desenvolvidas, sobretudo da mineração, em Carajás, e da extração e do beneficiamento da bauxita, no baixo Amazonas, dadas “. . . as extraordinárias dificuldades que tem o governo paraense de dar conta, a partir de Belém, de seu imenso território” (Petit, 2003, p. 302).

A partir dos anos 1980, Marabá evidencia-se na cena política e social por conta dos violentos conflitos entre empresas, garimpeiros e povos indígenas. Esses três grupos passam a disputar não apenas a terra, mas, da mesma forma, os territórios onde se localizam as jazidas minerais, entre os rios Araguaia e Xingu, no sul paraense. É o caso da província metalogênica da Amazônia oriental, uma das maiores “. . . anomalias geológicas do planeta, no que tange ao volume e à concentração de metais do uso industrial e/ou alto valor unitário num raio de 60 km, a partir da Serra dos Carajás (25 a 30 bilhões de toneladas)” (Becker, 1996, p. 65). Segundo a autora, por mais que apenas 20% das reservas sejam conhecidas, a Serra dos Carajás “. . . inclui as maiores reservas mundiais de ferro, de alto teor, a terceira maior reserva mundial de bauxita, grandes reservas de manganês, níquel, cobre etc.” (Becker, 1996, p. 65). Ademais, pela proximidade com o oceano

Atlântico, facilita-se o acesso às jazidas, valorizando-se ainda mais a província metalogênica como um todo.

Essas transformações são consolidadas a partir do Projeto Grande Carajás (PGC), também conhecido como ‘Carajazão’, que consistiu em uma das principais estratégias do governo federal para a exploração mineral em grande escala e ocupação da Amazônia. Becker (1996) explica que os grandes projetos começaram a ser desenvolvidos em 1940, como empreendimentos isolados. Intensificaram-se nos anos 1970 e, a partir de 1980, integraram-se em um grande programa envolvendo três segmentos: metalúrgico, agroflorestal e referente a infraestrutura. Proposto pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – que, atualmente, se chama Vale S/A – e endossado pelo estado, o PGC criou um gigantesco corredor de exportação no Norte brasileiro, englobando partes dos estados do Pará, do Tocantins e do Maranhão. A Estrada de Ferro Carajás e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí são exemplos de projetos de infraestrutura, arcados pelo estado, para a exploração mineral da empresa que, em 1997, foi privatizada. Um dos benefícios concedidos à Vale S/A pelo governo do estado do Pará, por meio da Lei Kandir, foi a isenção quase total de impostos.

De forma a organizar o mercado de trabalho local, foram criados centros planejados: a Vila de Carajás, “. . . projetada para abrigar os funcionários da companhia envolvidos diretamente na extração do minério [e Parauapebas,] . . . como depósito de mão de obra para a construção de Carajás e suas estradas de acesso” (Becker, 1996, p. 72). O mesmo ocorreu (quicá com menos vigilância) para alojar os trabalhadores envolvidos na construção da Hidrelétrica de Tucuruí, em uma vila, e o desenvolvimento da cidade de Tucuruí, no entorno. Na avaliação de L. Pinto (1994, p. 9), esses cenários tratam-se de um ‘apartheid econômico’ ou cantão suíço, em que as unidades de produção funcionam “. . . como Estados informalmente autônomos dentro de Estado juridicamente construído apenas para inglês ver”, haja vista a incapacidade dos governos federal, estadual e municipal de atuar como reguladores das relações sociais.



No entanto, a descoberta e a exploração de recursos minerais não são os únicos fatores que explicam a ânsia pela criação do estado de Carajás. Por ter sido fundada às margens do rio Tocantins, Marabá desempenha papel importante desde o começo do século XX, pela grande concentração de casas aviadoras – locais que armazenavam borracha defumada e outros produtos agrícolas destinados a Belém. Os barcos que viajavam pelo rio Tocantins, saídos da capital paraense rumo a Marabá, traziam mercadorias de consumo. “A maioria dos itens chegava às mãos dos seringueiros, seu destino final rio acima, através do sistema de crédito e suprimentos característicos do avião, que dominava a economia da borracha naquele tempo” (Schmink & Wood, 2012, p. 196). Quando o auge do ciclo da borracha chegou ao fim, as casas aviadoras passaram a armazenar castanha-do-pará, que se tornou, então, o principal produto de exportação.

Durante os meses das safras da castanha, Marabá atraía migrantes de todo o Pará, além do Maranhão e de Goiás. O aumento populacional levou alguns donos de castanhais a diversificarem suas atividades, por meio da agricultura e da pecuária. A abertura de rodovias pelo governo federal, em especial a Belém-Brasília, na década de 1960, diminuiu a relevância dos rios como principais meios de transporte, contudo, aumentou ainda mais a importância de Marabá como centro comercial regional. Por mais que tenha sido rompido o controle que os exportadores de castanha-do-pará exerciam sobre os coletores, estes, junto com os migrantes, formavam a mão de obra para as companhias de mineração, de construção civil, de extração de madeira e para as fazendas – o que originou, da mesma forma, vários conflitos de territorialidade. Petit (2003) lembra que a mistura entre a população do sul e sudeste do Pará e os imigrantes de outros estados faz com que um critério cultural e/ou de identidade seja utilizado nos discursos favoráveis à criação do estado de Carajás, pois os moradores da região não se associam como ‘paraenses de verdade’.

DISCURSOS SOBRE A DIVISÃO DO PARÁ NO JORNAL CORREIO DO TOCANTINS

A primeira edição do Correio do Tocantins apresenta-se sob o viés do meio de comunicação que fala para e com o sudeste do Pará, uma vez que enuncia interlocução com os moradores dos municípios, abordando uma questão que poderia transformar a realidade da região, tanto para o ‘bem’ quanto para o ‘mal’: a divisão do estado do Pará. Seu discurso evidencia as relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, apontando alguns critérios importantes no estudo da análise crítica do discurso, entre eles: relações de dominação e experiências dos grupos dominados (Van Dijk, 2008). O jornal, de acordo com Ikeda (2014, p. 32), “. . . acompanhou o desenrolar dos fatos e personagens que preencheram a cena política de Marabá”.

Para Ricoeur (1977), todo discurso é efetuado como evento, pois se realiza no momento presente; remete-se a um locutor, aquele que fala, e a um interlocutor, outra pessoa à qual se dirige; refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar; estabelece o diálogo, que pode travar-se, prolongar-se ou interromper-se. Da mesma forma, todo discurso é compreendido como significação. A hermenêutica, portanto, assenta-se na dialética entre essas duas instâncias, entre evento e sentido.

Para a identificação e a compreensão dos discursos sobre a divisão do Pará produzidos pela primeira edição do jornal Correio do Tocantins, recorreu-se a Van Dijk (2000) e à sua divisão da notícia em superestruturas – as estruturas globais que caracterizam um tipo de texto, ou seja, dizem respeito à forma e ao tema – e macroestruturas – que se referem ao conteúdo, isto é, são de natureza semântica. Foram analisadas sete notícias (Quadro 1), presentes na capa do jornal e nas páginas 4 e 5, na editoria Cidades, além de uma nota na seção Ronda Política, na página 11. Selecionaram-se as manchetes (M), as submanchetes (SM) e o lide (L), entendidas como “. . . sinais adequados para fazer previsões sobre a informação mais importante do texto” (Van Dijk, 2000, p. 123). Para cada notícia, sistematizaram-se macroestruturas.

Quadro 1. Descrição das notícias presentes na primeira edição do Correio do Tocantins. Fonte: Correio do Tocantins (1983, pp. 4-5,11).

(Continua)

Superestruturas		Macroestruturas
M	Querem dividir o Pará	Proposta do governo federal de criação do estado do Tocantins
SM	Projeto na mesa do ministro	
L	-	
M	Governo pensa mesmo em dividir o Pará	Para o governo federal, a redivisão territorial visa à melhor administração. Há o embate entre três forças políticas: governo federal, elites político-econômicas de Marabá e governo do estado do Pará. Para a população de Marabá, o novo estado traria "perda" e "empobrecimento"
SM	Estado do Tocantins (incluindo Marabá) teria Imperatriz como capital	
L	Embora ainda se tente cobrir o assunto com o lençol do silêncio a verdade é que já existe (<i>sic</i>), em Brasília, estudos para a divisão territorial do estado, tirando o Pará uma expressiva parte de sua própria área para a criação do estado do Tocantins, território do Tocantins ou qualquer outro nome que possa ter. Esses estudos são até certo ponto antigos mas só vieram à tona, assustando muita gente, na primeira semana de dezembro do ano passado, através da matéria inserida na "Revista Veja", mostrando rabiscos feitos pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, mutilando o mapa do Pará na região compreendida pelo rio Tocantins, onde está a região de Marabá, Serra Pelada e Projeto Carajás	
M	Estado do Tocantins? Tudo bem. Desde que beneficiasse o povo	Governo federal apontado como inimigo, pois, como desconhece a realidade de Marabá, viria a tomar conta do que pertence à população. Divisão territorial seria bem vista se representasse investimentos públicos em saúde, educação e em solução de problemas fundiários
SM	-	
L	A ninguém, a não ser ao desperdício e à cegueira administrativa, interessa criar mais estados e territórios em Amazônia. Não é possível, nesta fase difícil em que vive o país, atolado em dívidas, com seus credores internacionais batendo a todo instante na porta, ainda existir quem deseje aprofundar o caos, criando novas dívidas administrativas e sociais, inventando novos estados e territórios para onerar a União, que, em último caso, somos todos nós, cidadãos e contribuintes	
M	Indenização, uma grande piada	Embate político, principalmente entre forças locais e o governo federal. Serra dos Carajás tratada como propriedade da população
SM	-	
L	Os estudos para a gestação do estado do Tocantins e território de Trombetas, ambos no Pará, têm inspiração política. Basta ver os mapas eleitorais de 15 de novembro para chegar à conclusão de que, no baixo Amazonas, foi onde o PMDB ganhou as eleições com boa margem de vantagem, perdendo no sudeste do Pará, principalmente Marabá, onde o PDS impôs uma goleada	
M	Maioria até aceita a divisão se Marabá for a capital	Representantes político-econômicos de Marabá apoiariam a divisão territorial, caso Marabá fosse a capital do novo estado. Governo do estado do Pará não apoia a divisão territorial
SM	-	
L	Numa enquete feita por este jornal, diversas pessoas revelaram sua discordância quanto à criação do estado do Tocantins, entendendo ser, no mínimo, uma precipitação do governo federal, pois há outros problemas mais urgentes. De uma coisa, todavia, todos concordam: o governo pode até criar o tal estado, desde que a capital seja Marabá	
M	Deputados prometem lutar em Brasília	Representantes políticos lutarão no Congresso Nacional contra a divisão territorial
SM	-	
L	O deputado federal Oswaldo Melo e o vice-governador paraense, Gerson Peres, são totalmente contrários ao novo estado. Melo foi até relator, na Câmara Federal, de um projeto contra a criação de novos territórios na Amazônia. Ele diz que, embora admita a realização de estudos no Ministério do Interior, o presidente João Figueiredo não assinará o decreto de criação do estado, pois o país atravessa muitas dificuldades e um novo estado seria contraproducente. O deputado vai além e reafirma sua vontade de lutar com todas as suas forças contra a divisão do Pará. Já o vice-governador, radicalmente contra, afirma que lutar contra isso é uma questão de honra para os paraenses. Gerson Peres não dá ouvidos aos boatos e prefere ficar com a palavra do próprio ministro Andreazza, o qual, na véspera das eleições de 15 de novembro, em Belém, garantiu que o Pará, mesmo com a vitória do PMDB, não seria dividido. E concluiu: em Brasília vou me bater contra isso e acho que é dever dos deputados federais, independentemente de coloração partidária	



Quadro 1.

(Conclusão)

Superestruturas		Macroestruturas
M	Um novo mapa	Reprodução de notícia publicada pela revista Veja. Destaque para o embate político sobre quem terá gerência sobre a Serra dos Carajás – governos federal ou estadual
SM	Governo: Andreazza quer criar mais estados e territórios	
L	Três novos territórios e o 24º estado estão sendo desenhados pelo Ministério do Interior e deverão ser criados ainda durante o governo João Figueiredo. Os territórios, segundo um croqui do próprio ministro Mário Andreazza, confiscariam pedaços do Amazonas e do Pará. "Ficaria muito mais racional a administração da Amazônia", pondera Andreazza. O estado seria o do Tocantins e virtualmente dividiria Goiás ao meio, abocanhando ainda porções do sul do Pará e do Maranhão	
M	Curió, governador do Tocantins?	Embate político para, no caso de divisão territorial, decidir quem deveria governar o novo estado
SM	-	
L	Notícias não confirmadas, provenientes de Brasília, ventilam a possibilidade de o 'Major Curió', eleito deputado federal pelo PDS, assumir importante cargo no futuro estado do Tocantins. Dizem que Curió, homem de confiança do presidente Figueiredo, seria contemplado com o cargo de governador. Se a capital do novo estado ficar em Imperatriz, como se anuncia, os maranhenses não dariam essa colher de chá, preferindo indicar um nome ligado à terra. O esperto senador José Sarney, inclusive, teria adiantado que nesse caso "Curió iria ter de cantar em outra freguesia". A decisão – tanto sobre a criação do novo estado quanto à escolha do governador – está nas mãos de Figueiredo. Assim, Curió até poderia sonhar em voar mais alto sem o perigo de ter as asas cortadas	

A descrição presente no Quadro 1 possibilita a compreensão dos 'achados' na edição de 15 de janeiro de 1983 do Correio do Tocantins, a partir da identificação das notícias em superestruturas e macroestruturas, considerando-se os significados e sentidos atribuídos à divisão do Pará, assim como os interesses políticos e econômicos implícitos nessa divisão, ou seja, observando-se a estrutura de relevância, "... que indica ao leitor qual informação é mais importante ou proeminente no texto" (Van Dijk, 2004, p. 123), no caso da referida edição, é que querem dividir o Pará.

Do mesmo modo, busca-se, nessa síntese, indicar algumas propriedades importantes das macroestruturas e os princípios utilizados pelo jornal na construção da informação que podem ser da ordem do apagamento, da generalização e da (re)construção, conforme nos indica Van Dijk (2004, p. 132). Portanto, manchete e *lead* são esquemas relevantes na organização do discurso jornalístico, pois resumizam os enunciados principais de compreensão para os leitores, ou seja, são usados como estratégias argumentativas de interlocução no jornalismo. Por isso, utiliza-se o Quadro 1 para indicar o contexto e os sentidos das informações produzidas, entre o dito e

o implícito nessa relação da divisão do Pará. Também se apresenta o contexto da situação, do cenário, das ações em curso, dos grupos envolvidos e seus papéis comunicativos, sociais ou institucionais. Na macroestrutura, identifica-se a correlação de forças, entre social e político, local e global, em que a estrutura do discurso confirma, legitima, reproduz ou desafia as relações de poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais. A seguir, discutimos alguns dos trechos que constam do Quadro 1:

- "Proposta do governo federal de criação do estado do Tocantins": um dos primeiros sentidos sobre a divisão do Pará pode ser encontrado no nome do próprio jornal. Na primeira edição, as vias fluviais têm destaque. O jornal chama-se Correio do Tocantins, rio homônimo e umbilical dos povoados dessa região. Atualmente, o jornal apresenta-se como Correio – O Jornal de Carajás. A mudança do nome, segundo o atual editor-chefe do periódico, Patrick Roberto Carvalho, em entrevista às pesquisadoras, atendeu a uma questão mercadológica, de reposicionamento na região, três anos após a sua aquisição, isto é, está implícito que Carajás é enunciado no cenário político, econômico e social. O editor afirmou, ainda,



que o nome Correio de Carajás é designado apenas no portal de notícias, outro veículo do grupo, mas compõe como subtítulo do impresso (P. R. Carvalho, comunicação pessoal, outubro 8, 2019). Assim, percebe-se que o nome do novo estado acompanha o deslocamento do sentido. Em 1983, a proposta era de criação do estado do Tocantins⁶, considerando a importância do rio na circulação e no escoamento da produção e das pessoas; em 2011, do estado de Carajás. Entende-se que, com o passar dos anos, a estratégia do governo federal, de expansão da fronteira amazônica por meio de rodovias, como a Belém-Brasília, a Santarém-Cuiabá e a Transamazônica, minimizou a importância fluvial, ao mesmo tempo em que acirrou a disputa por terras, por minérios e por recursos florestais. Não à toa, no discurso jornalístico do Correio do Tocantins sobre a divisão do Pará, discute-se sobre com quem ficaria a gerência da Serra dos Carajás – com as elites locais, o governo do Pará ou o governo do Maranhão, indicado pelo governo federal. As jazidas representam a promessa do desenvolvimento socioeconômico do território de Carajás, enquanto os rios ficam no passado.

O deslocamento da importância fluvial para a Serra dos Carajás revela também a alteração do tempo e do espaço amazônicos. Becker (1996) explica que, no regime dos rios, as relações faziam-se em meses e dias. Com a predominância das rodovias, essas mesmas relações passam a ser contadas em horas; e a terra passa a ser disputada como mercadoria pelos grupos sociopolíticos. De acordo com Paes Loureiro (1995), a valorização da Serra dos Carajás se trata de uma renovação do mito do Eldorado, isto é, da busca incessante por ouro no fundo da cava da mina, à qual todos teriam acesso quanto mais fundo cavassem.

• “Para o governo federal, a redivisão territorial visa à melhor administração. Há o embate entre três forças políticas: governo federal, elites político-econômicas de Marabá e governo do estado do Pará. Para a população de Marabá, o novo estado traria ‘perda’ e ‘empobrecimento’”: outro sentido sobre a divisão do Pará pode ser identificado na estratégia discursiva de uso da terceira pessoa do plural. Na manchete de capa “Querem dividir o Pará” (1983), indeterminam-se os agentes. A vontade vem de outros que não são conhecidos mas que têm ação e poder sobre o Pará. Na construção da notícia, observa-se que a ação de redividir o território seria feita pelo governo federal, personificado no ministro do interior Mário Andreazza, sem o consentimento dos agentes locais. Mais: a notícia acerca da divisão do Pará havia sido feita não pelos meios de comunicação locais e regionais, mas sim pela revista *Veja*, de circulação nacional e produzida nos grandes centros econômicos do país, como as cidades de São Paulo e de Brasília. Portanto, percebe-se uma ação de dominação ou poder que está além dos atores sociais locais. Ou uma ‘voz’ exógena que fala sobre nós. Nessa perspectiva, a revista *Veja* pode ser tomada como referência de ‘saber’ sobre as decisões governamentais, ou como parte inerente daquilo que Van Dijk (2008, p. 74) chama de “. . . estrutura de poder societal, cuja dimensão simbólica” ajuda administrar. No discurso do Correio do Tocantins, tanto o governo federal quanto a revista *Veja* são retratados como inimigos, uma vez que a ambos não é dada a oportunidade de se manifestar sobre o assunto da divisão do Pará.

• “Governo federal apontado como inimigo, pois, como desconhece a realidade de Marabá, viria a tomar conta do que pertence à população. Divisão territorial

⁶ A proposta de criação do estado do Tocantins está vinculada ao desenvolvimento inicial da economia de Marabá, que dependia diretamente dos rios, tanto para exploração dos recursos naturais, como para o transporte desses recursos para Belém, via rio Tocantins. Mas o mesmo rio responsável pelo escoamento de produtos e pessoas apresentava obstáculos para a navegação, devido a uma corredeira, conhecida como Itaboca, que causava muitos acidentes, “. . . com perdas das embarcações, da carga transportada e das vidas humanas” (Almeida, 2008, p. 32), causando sérios prejuízos. Do mesmo modo, as cheias dos rios Tocantins, Araguaia e Itacaiúnas, quando coincidiam, deixavam Marabá submersa, gerando problemas de naturezas diversas para a economia, as pessoas e o estado do Pará como um todo, que dependia de alguns produtos do município. A proposta inicial de criação do estado do Tocantins é superada quando novos projetos são implementados pelo governo federal via malha rodoviária.

seria bem vista se representasse investimentos públicos em saúde, educação e em solução de problemas fundiários”: de acordo com o jornal, o governo federal argumenta que, em função da grande extensão territorial, a Amazônia seria melhor governada a partir de unidades federativas menores. O discurso aliado à ideia de desenvolvimento do país e da redução das desigualdades sociais, pela atuação de um governo local, é recorrente nos projetos de redivisão territorial apresentados no Congresso Nacional. De acordo com esses raciocínios, os territórios subdesenvolvidos, por não disporem de força política, acabam desassistidos pelo poder público. Com a criação de novos estados, haveria a possibilidade de “. . . descentralização dos recursos e maior autonomia na alocação de investimentos que impactariam positivamente na geração de emprego e renda” (Andrade, 2011, p. 25).

- “Embate político, principalmente, entre forças locais e o governo federal. Serra dos Carajás tratada como propriedade da população”: no discurso construído pelo Correio do Tocantins, como a proposta divisionista não parte das elites locais, e sim é imposta ‘de cima para baixo’ pelo governo federal, a memória remete às cheias do rio Tocantins, à ausência de infraestrutura e saneamento básico, aos problemas fundiários, ao desemprego, à violência. A criação do estado do Tocantins mostra-se como a promessa de um futuro igualmente ruim, uma vez que a população não teria parte efetiva na gerência sobre a nova unidade federativa, já que Marabá, que está na área de atuação do Carajazão, ficaria subordinada a Imperatriz. Marabá reveste-se de memória, enquanto Imperatriz, a segunda maior cidade do estado do Maranhão, envolve-se com a promessa de se tornar a capital do estado do Tocantins.

Em se tratando de Amazônia, deve-se lembrar que se destaca a visão de uma gênese ainda em formação; de uma cultura fundada por homens que vivem em um mundo imaturo, em vias de se completar (Paes Loureiro, 1995). O poder central, na figura do governo federal e do governo do estado do Pará, é responsabilizado pelos quadros de pobreza e de atraso em que vive a população de Marabá,

de forma que a superação das más condições de vida só seria possível “. . . com a instituição de um poder local, regional, um novo poder central com características de proximidade e pertença” (Dutra, 1999, p. 123), contra esse sentimento de abandono. Por isso, por mais que a ideia de criação do estado do Tocantins não tenha partido das elites marabaenses, elas aceitaram a redivisão territorial, desde que fosse Marabá a capital da nova unidade federativa. O então prefeito de Marabá, Samuel Rodrigues de Monção, é uma das principais vozes a endossar o argumento.

- “Representantes político-econômicos de Marabá apoiariam a divisão territorial, caso Marabá fosse a capital do novo estado. Governo do estado do Pará não apoia a divisão territorial”: as vozes de Raimundo Rodrigues Santiago, mais conhecido por ‘Penharol’, maranhense de São Luís, motorista de táxi, 34 anos, dos quais 12 morando em Marabá; Jorge Ayam, paraense de Belém, gerente de uma loja de material elétrico mora há pouco mais de um ano em Marabá; e Melquisanor Gester, chefe da agência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em Marabá, dez anos morando na região, configuram a dialética entre os ‘paraenses de verdade’ e os ‘forasteiros’, isto é, entre a memória e a promessa, respectivamente. No estudo de Mendonça e Cal (2012), acerca do plebiscito no Pará, em 2011, os ‘paraenses de verdade’ eram reconhecidos pelo ‘sangue ou alma’ paraense; pelo conhecimento do estado como um todo; e por não se deixar mover por interesses que não o do próprio Pará. Também se habilitava como ‘paraense de verdade’ a população de outros estados brasileiros que advogava pela não divisão do Pará. Já os forasteiros eram chamados de corruptos, pois estariam interessados somente na exploração das riquezas minerais.

No discurso do Correio do Tocantins, ‘Penharol’ torna-se um ‘paraense de verdade’, ainda que seja natural do estado do Maranhão, pois se coloca de acordo com o posicionamento das elites locais. Da mesma forma, Jorge Ayam, por mais que tenha nascido em Belém, reitera sua dupla condição: de paraense e de marabaense.

Melquisianor Gester contribui para o argumento de que Imperatriz seria beneficiada, enquanto Marabá seria perdedora. A promessa, com a divisão territorial, é de um futuro negativo para Marabá – a não ser que a cidade seja a capital da nova unidade federativa.

- “Representantes políticos lutarão no Congresso Nacional contra a divisão territorial”: Jader Barbalho (MDB), que exercia o primeiro mandato (1983-1987) no poder executivo paraense como “. . . o jovem político destemido diante do poder ditatorial e comprometido com as mudanças pelas quais o estado clamava” (Veloso, 2008, p. 83), também argumenta contra a criação do estado do Tocantins. No entanto, o então governador do Pará não reitera a memória do ‘paraense de verdade’, uma vez que havia se aliado à família Mutran, acusada de ser a principal instigadora da violência contra posseiros, contra partidos de esquerda e contra concorrentes político-econômicos, em Marabá. Segundo Petit (2003, p. 220), os Mutran eram vistos “. . . como uma espécie de estigma ou como o principal inimigo a ser derrotado”, portanto Jader Barbalho também era visto como inimigo. O então deputado federal Osvaldo Melo (1979-1987), nascido em Belém e, na época, filiado ao Partido Democrático Social (PDS), que se opunha ao governo militar, bem como o então vice-governador do Pará Gerson Peres, que também era filiado ao PDS, assumem a memória dos ‘paraenses de verdade’ e reforçam os argumentos contra a divisão territorial.

- “Reprodução de notícia publicada pela revista Veja. Destaque para o embate político sobre quem terá gerência sobre a Serra dos Carajás – governos federal ou estadual”: o discurso jornalístico articula, pelo menos, três vozes: a do veículo, a do jornalista e a das personagens. “No decorrer do processo de enunciação . . ., esses três narradores levam a cabo uma negociação simbólica e política com os outros narradores pelo poder de voz. . . . vivem uma relação mais tensa que harmônica” (Motta, 2013, p. 109). A diversidade de vozes no discurso do Correio do Tocantins sobre a divisão do Pará revela o embate entre, pelo menos, três forças: 1) as elites locais,

que advogavam contra a criação do estado do Tocantins, e os agentes políticos do PDS, que se opunham ao governo federal; 2) o governo do estado do Pará, na figura de Jader Barbalho (MDB); e 3) o governo federal, representado pelo ministro do interior Mário Andreazza.

- “Embate político para, no caso de divisão territorial, quem deveria governar o novo estado”: para impedir que o MDB ganhasse força nas cidades paraenses, o então presidente militar João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985) havia apoiado a candidatura do empresário Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, em 1982, ao Congresso Nacional, pelo PDS. Curió havia sido eleito “. . . com enorme soma de votos, principalmente dos milhares de garimpeiros de Serra Pelada” (Schmink & Wood, 2012, p. 213). Sua presença no cenário político brasileiro evidencia os complicados arranjos que se fazem nos bastidores da política partidária: Curió era um representante da população local, porém dava apoio ao governo federal e, portanto, não representava as elites locais de Marabá. Na hipótese de criação do estado do Tocantins, o nome de Major Curió era passível de ser indicado ao novo executivo. Tratava-se de um caso evidente de barganha, a forma de negociação “. . . em que o concorrente mais forte, geralmente o governo, concede vantagens, que as tem, ou estabelece sanções, quando o pode, vinculadas ao poder executivo em troca de apoio parlamentar” (Gomes, 2003, p. 12). Entretanto, o senador José Sarney, conhecido por controlar o estado do Maranhão, seria um adversário à altura.

CONCLUSÕES

A criação do estado do Tocantins foi aprovada pela Constituinte de 1987/1988, como resultado da articulação política entre o então presidente da República José Sarney (1985-1990) e agentes políticos do estado de Goiás. O estudo de Morbach (2012) aponta que as elites regionais se sentiam excluídas do processo de desenvolvimento, pois os recursos públicos eram destinados, em grande parte, para o sul de Goiás. Observaram-se argumentos

semelhantes, durante o plebiscito no Pará, em 2011, de que as cidades que comporiam os novos estados de Carajás e de Tapajós sentiam-se desassistidas pelo poder público, que concentrava os investimentos na capital paraense. Além das articulações políticas, um fator determinante para que o Pará não fosse dividido foi o número de eleitores, que são, majoritariamente, de Belém e municípios próximos, e que eram contrários à criação das novas unidades federativas.

A divisão do estado do Pará marca o início da trajetória do Correio do Tocantins no cenário midiático da Amazônia brasileira. Ainda que não se vincule explicitamente a qualquer partido político, o jornal atua politicamente, uma vez que articula diferentes interesses no discurso jornalístico, construindo um 'nós' e um 'eles', a saber: os das elites político-econômicas de Marabá, representadas pelo executivo municipal; os do governo do estado, na figura de Jader Barbalho; e os do governo federal, em nome do ministro do interior Mário Andreazza e dos governos militares, em última instância. Assim, percebe-se que tais discursos, nós e eles, polarizam as suas representações, pois os sentidos, tanto locais quanto globais, ganham uma "representação-positiva-de-si" e de "representação-negativa-do-outro", em que as nossas coisas boas e coisas ruins dos outros são enfatizadas, e as nossas coisas ruins e as coisas boas deles são minimizadas" (Van Dijk, 2013, p. 361).

A memória e o passado, representado pelo rio Tocantins e pelos problemas socioeconômicos vividos pela população, colocam-se em perspectiva com o futuro, com a promessa de criação do estado do Tocantins, que deverá subjugar Marabá, no Pará, a Imperatriz, no Maranhão. A exploração da Serra dos Carajás, entendida como fator de desenvolvimento econômico, adquire o sentido de 'perda' para a nova unidade federativa. No entanto, a criação do novo estado passa, imediatamente, à promessa de um futuro positivo, se a capital do estado do Tocantins for Marabá, e não Imperatriz. Observou-se um evidente sistema de barganha que rege a administração pública, de

forma que os interesses dos agentes político-econômicos acabaram por direcionar o discurso jornalístico. Tal constatação encaminha a uma reflexão que dialoga com o pensamento de Bakhtin (2014a, p. 126), quando afirma que ". . . toda palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica". Por isso, reitera-se que não há isenção política, ainda que não sejam explícitos os partidos políticos, por parte do Correio do Tocantins.

No romance "*Las reputaciones*" (Vásquez, 2016), ao final, a personagem Javier Mallarino conclui que a memória tem a maravilhosa habilidade de se lembrar do esquecimento, da existência e da perseguição e, assim, nos permite permanecer alertas quando não queremos esquecer e esquecer quando preferimos. Ao final deste artigo, conclui-se que os laços estabelecidos entre os agentes políticos e os meios de comunicação, na Amazônia, revelam articulações mais complexas do que uma simples oposição político-partidária, até porque essa posição se modifica de acordo com o contexto e com os interesses dos atores políticos envolvidos. Como meio de comunicação local e regional, o Correio do Tocantins advoga pelas elites político-econômicas marabaenses, favorecidas pela apropriação de grandes extensões de terra e, quiçá, sobreviva por isso – pela promessa de prosperidade que permeia a fronteira amazônica. A memória da população subjugada e desassistida pelo poder público torna-se recorrente, no entanto, ideológico, o discurso não articula as demais vozes subjgadas e desassistidas, a exemplo da população atraída para a Amazônia em busca de melhores condições de vida, recebidas, na maioria dos casos, a bala pelas elites político-econômicas. Em que medida a existência dessa parte da população seria afetada pela divisão do estado do Pará? Respostas a esse tipo de pergunta nem o jornal, nem as elites político-econômicas de Marabá oferecem.

Em síntese, a partir do estudo da primeira edição do Correio do Tocantins, sobre a divisão do estado do Pará, as notícias foram esquematizadas, buscando-se organizar o conhecimento por meio da memória, isto é,

como uma interação situada, ou um tipo de comunicação em uma situação social, cultural, histórica ou política na interpretação da representação de Marabá nesse contexto. Na análise, considerou-se a relação entre texto-contexto, ou seja, a seleção a partir da abordagem de transformação da região sudeste do Pará e as estruturas discursivas em função do poder social ou os papéis comunicativos e sociais dos atores envolvidos na proposta de divisão do estado do Pará. O próprio periódico enuncia essa relação de dominação e poder existente na história da região, demarcando os momentos de mudanças e de embates, ao mesmo tempo em que reforça, apesar de se dizer apartidário, a voz de uma elite local.

Por fim, destaca-se que a divisão do estado do Pará não é um capítulo finalizado em sua história, após a realização do plebiscito em 2011, havendo, ainda, uma movimentação de forças políticas para apresentar novas propostas ao Congresso Nacional, inclusive o Instituto Cidadão Pró-Estado do Tapajós (ICPET) protocolou, em agosto de 2019, junto ao gabinete do senador de Tocantins, Siqueira Campos (DEM/TO), pedido de realização de plebiscito para a criação do estado de Tapajós. O pedido já foi transformado e apresentado como projeto de decreto legislativo no Senado. Com relação ao estado de Carajás, até a finalização deste artigo, não tivemos informações sobre a apresentação de qualquer nova proposta, mas, conforme P. R. Carvalho (comunicação pessoal, outubro 8, 2019), há um clamor social em alta em Marabá, mas sem iniciativa política efetiva, pois, segundo ele, na atual bancada federal, não há representantes da região. Constata-se que, diferente do passado, a configuração da divisão do estado do Pará, atualmente, é tecida em um tabuleiro político e social diferenciado, com participação maior de parte dos políticos locais, principalmente na região oeste do Pará, mas ainda sem forças suficientes para o convencimento das elites e dos grupos sociais. Por outro lado, percebe-se um recuo das forças políticas nacionais contra esse projeto, considerando o significado dessa divisão e representação em um contexto político nacional.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, S. (2016). *Os territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Almeida, J. J. (2008). *A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Alsina, M. R. (2009). *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes.
- Andrade, L. C. (Coord.). (2011). *Estado do Pará: (di)visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais – discurso divisionistas*. Belém: IDESP.
- Aquino, E. C. F., & Braga, T. L. C. (2016). Narrativas sobre o plebiscito no Pará: notas a partir dos jornais metropolitanos. *Visagem*, 2(2), 163-185.
- Bakhtin, M. M. (2014a.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem* (16 ed.). São Paulo: Hucitec.
- Bakhtin, M. M. (2014b). *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34.
- Becker, B. K. (1996). *Amazônia* (4 ed.). São Paulo: Ática.
- Benetti, M. (2007). Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In C. Lago & M. Benetti (Orgs.), *Metodologias de pesquisa em jornalismo* (pp. 107-122). Petrópolis: Vozes.
- Benetti, M. (2010). O jornalismo como acontecimento. In M. Benetti & V. Fonseca (Orgs.), *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos* (pp. 143-164). Florianópolis: Insular.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand.
- Braga, T. L. C., Costa, A. C. S., & Rodarte, L. K. S. (2018). Tempo e narrativa na Amazônia paraense: o plebiscito no Pará pela perspectiva do “Espaço do Leitor”. *Contracampo*, 37(1), 130-149. doi: 10.22409/contracampo.v0i0.1069
- Brasil. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (2014). *Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom.
- Castro, F. F. (2013). Macrodinâmicas da comunicação midiática na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 8(2), 435-445. doi: 10.1590/S1981-81222013000200013
- Coelho, M. C. N. (1996). A CVRD e a (re)estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará). In I. E. Castro, P. C. C. Gomes & R. L. Corrêa (Orgs.), *Brasil: Questões atuais da reorganização do território* (pp. 245-281). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Correio do Tocantins (1983, janeiro 15-30). pp. 4-5,11.

- Costa, A. C. S., Braga, T. L. C., & Aquino, E. C. F. (2017). Narrative identities and the plebiscite in Pará: an analysis of the front pages for O Liberal and Diário do Pará. *Brazilian Journalism Research*, 13(1), 108-131. doi: 10.25200/BJR.v13n1.2017.954
- Costa, A. C. S., Braga, T. L. C., Pinho, A. C. N., & Kabuenge, N. N. (2018). A construção social da violência na Amazônia paraense: relações discursivas do jornal Correio do Tocantins. *Revista Observatório*, 4(6), 293-321. doi: 10.20873/uft.2447-4266.2018v4n6p293
- Decreto Legislativo n. 136* (2011, maio 26). Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do estado do Carajás, nos termos do inciso XV do art. 49 da Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal.
- Decreto Legislativo n. 137* (2011, junho 2). Convoca plebiscito sobre a criação do estado do Tapajós. Brasília, DF: Senado Federal.
- Deolindo, J. S. (2016). *Regiões jornalísticas: uma abordagem locacional e econômica da mídia do interior fluminense* (Tese de doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Dudu, Z. (2013, fevereiro 28). A história do Correio do Tocantins [Blog]. Recuperado de <https://www.zedudu.com.br/a-historia-do-correio-do-tocantins/>
- Dutra, M. S. (1999). *O Pará dividido: discurso e construção do estado do Tapajós*. Belém: UFPA.
- Emmi, M. F., & Marin, R. E. A. (1998). Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. *Papers do NAEA*, 104, 1-19.
- Faoro, R. (2012). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (5 ed.). São Paulo: Globo.
- França, V. R. V. (1998). *Jornalismo e a vida social: a história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gomes, W. (2003, junho). Negociação política e comunicação de massa. In *Encontro Anual da Compós*, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado de http://www.compos.org.br/data/biblioteca_938.pdf
- Haesbaert, R. (2010). *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ikeda, J. C. O. (2014). *Expansão do capital, luta de classes e poder local: um estudo sobre a composição do poder político no município de Marabá/Pará (1985-2012)* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, PA, Brasil.
- McNair, B. (1998). *The sociology of the news*. London: Arnold.
- Mendonça, R. F., & Cal, D. G. R. (2012). Quem pode falar no Facebook? O “autocontrole” em um grupo sobre o plebiscito acerca da divisão do estado do Pará. *Revista Debates*, 6(3), 109-128. doi: 10.22456/1982-5269.30928
- Morbach, M. C. B. (2012). *As perspectivas políticas da criação do Estado de Carajás a partir do ponto de vista das representações parlamentares municipais* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Moreira, S. V., & Deolindo, J. S. (2013). Mídia, cidade e “interior”. *Contemporânea*, 11(1), 19-30.
- Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UnB.
- Nunes, P. J. M., Braga, T. L. C., & Aquino, E. C. F. (2017, junho). Práticas discursivas na Amazônia: a disputa jornalística no plebiscito no Pará. In *Encontro Anual da Compós*, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo.
- Paes Loureiro, J. J. (1995). *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. Belém: Cejup.
- Peruzzo, C. N. K. (2005). Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. *Comunicação & Sociedade*, 26(43), 67-84. doi: 10.15603/2175-7755/cs.v26n43p67-84
- Petit, P. (2003). *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu.
- Pinto, L. F. (1994). *O Pará dos paraenses: proposta de um programa político sério*. Belém: Autor.
- Pinto, P. A. (2015). *Mídia regional brasileira: características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul* (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Querem dividir o Pará. [Manchete]. (1983, janeiro 15-30). *Correio do Tocantins*, (1).
- Reis, T. A. (2018). Região das notícias: um estudo da representação regional nas páginas do jornal Correio. *Mediações*, 20(26), 59-74.
- Ricoeur, P. (1977). *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Ricoeur, P. (2019). *Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70.
- Schmink, M., & Wood, C. H. (2012). *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: EDUFPA.
- Sodré, M. (1996). *Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos*. Petrópolis: Vozes.
- Souza, M. L. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (9 ed.). Petrópolis: Vozes.
- Trindade Júnior, S. C. C. (2011). Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 13(2), 135-154. doi: 10.22296/2317-1529.2011v13n2p135
- Um jornal de informações. [Editorial]. (1983, janeiro 15-30). *Correio do Tocantins* (1).
- Van Dijk, T. A. (2000). *Cognição, discurso e interação* (3 ed.). São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, T. A. (2004). *Cognição, discurso e interação* (6 ed.). São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, T. A. (2008). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- Van Dijk, T. A. (2013). Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. *Linha d'Água*, 26(2), 351-381.
- Van Dijk, T. A., & Kintsch, W. (1983). *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press.
- Vásquez, J. G. (2016). *Las reputaciones*. Barcelona: Alfaguara.
- Veloso, M. S. F. (2008). *Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

As autoras declararam participação ativa durante todas as etapas de elaboração do manuscrito.



